

Aos Partidos Políticos

Apelo pela Igualdade de Género

Aproximam-se eleições legislativas num contexto político difícil para o país e para a vida das cidadãs e cidadãos.

Trata-se de um momento fundamental para que as questões da Igualdade sejam afirmadas porque, em alturas de crise, são as mulheres que ficam mais afectadas com o desemprego, a precariedade, as diferenças salariais, as baixas pensões e com os cortes nos serviços públicos.

Aí estão os números para o demonstrar:

Em cada 100 desempregados/as, 52 são mulheres. A taxa de desemprego feminino em Fevereiro de 2011 foi de 12,2%.¹

A precariedade atinge com especial impacto as mulheres jovens qualificadas com o ensino superior.

As mulheres continuam a ser penalizadas em função da maternidade no acesso ao emprego, na sua manutenção e na progressão da carreira profissional.

Quanto mais as mulheres sobem nas profissões associadas a níveis de qualificação mais elevados, maior é a discriminação remuneratória a elas imposta (69,7% da remuneração masculina, em média).²

- A pensão de velhice das mulheres corresponde, em média, a 59% da dos homens, segundo dados de 2010.³

Em períodos de crise, o reforço de uma cultura discriminatória e sexista acentua-se com o regresso forçado das mulheres a casa, acompanhado de uma ideologização da domesticidade, com a sua subvalorização profissional, com a diminuição das infraestruturas sociais de apoio às famílias, com a valorização de um modelo maternalista de educação das crianças em desfavor da paternidade e com o desequilíbrio de poderes entre homens e mulheres, com consequências evidentes nas situações de violência nas relações de intimidade. Segundo dados recentes da OCDE, as mulheres portuguesas estão mais sobrecarregadas com tarefas domésticas e do cuidar, trabalhando em média mais 4h por dia do que os homens.

¹ Dados da Eurostat

² Fonte: Quadros de Pessoal - GEP - Ministério do Trabalho e da Segurança Social

³ Fonte: Segurança Social- Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.

O retrocesso nas políticas da Igualdade de Género será o corolário de toda esta situação de imposição de políticas neoliberais ao país que irão redundar em perdas de direitos e em retrocessos no desenvolvimento, com especial incidência na vida das mulheres.

A Igualdade entre Mulheres e Homens é um princípio da Constituição da Republica Portuguesa e, como tal, qualquer governo tem a obrigação de promover políticas para a igualdade de género que concretizem na prática os direitos adquiridos nas leis.

As soluções para os problemas do país têm que passar também pelas mulheres, aproveitando as suas capacidades a todos os níveis. As mulheres representam 56,8% das profissões intelectuais e científicas, apesar de serem minoritárias nos quadros superiores (32,5%)⁴ e no poder político. Existe, ainda, mais 20% de licenciadas do que de licenciados, mas elas têm maior dificuldade no acesso ao emprego e a uma carreira profissional.

A participação das mulheres em todas as esferas da vida social é garante de maior e melhor desenvolvimento. Assim o afirmam instituições internacionais como as Nações Unidas.

Na véspera do centenário do voto de Carolina Beatriz Ângelo, a primeira mulher a votar em Portugal e na Europa do Sul, as mulheres abaixo assinadas, de diferentes sensibilidades políticas e sociais, lançam o seguinte APELO PELA IGUALDADE DE GÉNERO AOS PARTIDOS POLÍTICOS que concorrem às eleições legislativas de 5 de Junho.

- É preciso um compromisso sério e consistente na promoção da Igualdade de Género, não só nos programas eleitorais como nas práticas parlamentares e de governação.
- É preciso resistir às medidas de regressão económica e social que vão penalizar a vida das mulheres.
- É preciso preservar direitos e lutar contra o retrocesso de mentalidades capazes de destruir conquistas alcançadas em três décadas da história das mulheres em Portugal.

Lisboa, 11 de Maio de 2011

⁴ INE, Estatísticas do Emprego, 4º trimestre de 2010.